



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
CENTRO JUDICIÁRIO DE CONCILIAÇÃO
CÍRCULO DE CONCILIAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
PROCESSOS 2004.40.00.003776-1 e 2004.40.00.000137-1

ATA DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, às 9:30, por videoconferência através do aplicativo *Microsoft Teams*, a Juíza Federal Coordenadora do Centro Judiciário de Conciliação - CEJUC, **Dra. Marina Rocha Cavalcanti Barros Mendes**, abriu a audiência com as Conciliadoras do CEJUC, Fabiana Gayoso Freitas Souza Brito, Letícia Matos Oliveira e Dóris Rosa de Oliveira Ribeiro e o estagiário Wallas da Silva Dias, além dos seguintes participantes:

o Procurador da República - MPF, **dr. Alexandre Assunção e Silva**; o Procurador do Município, **Raimundo Miranda**; o Defensor Público da União, **dr. Edilberto Alves da Silva**; os representantes da Superintendência do Patrimônio da União do Estado do Piauí – SPU/PI, o superintendente, **dr. Marcelo de Barbosa Morais**, o analista de infraestrutura e superintendente substituto, **dr. Glauber Mazza Morais** e a arquiteta **Anna Augusta Gomes Pinheiro**; os representantes do Cartório do 2º Ofício, a tabeliã registradora interina, **dra. Meirylane de Oliveira Sousa** e o advogado **dr. Alcindo Luiz Lopes de Sousa** – OAB/PI 9.513; os representantes do Parque Universitário, **sr. Valdinar Edson da Silva e Sousa** e **sra. Maria Judite de Jesus e Silva Sousa**, e o representante do Madre Teresa II, **sr. Antônio Sobrinho**.

Iniciados os trabalhos, a SPU informou que as pendências junto ao cartório relativas ao loteamento Sol Nascente já estão superadas. Quanto ao necessário aditivo do aforamento da UFPI, já foi encaminhado para o setor consultivo da AGU. A expectativa é que seja concluído até o final de dezembro de 2021.

O cartório noticiou que já adotou as providências para separar a matrícula do loteamento Sol Nascente, de forma a viabilizar a continuidade das tratativas da área a ser regularizada, e que já encaminhou as respectivas matrículas para este setor de conciliação, por meio do Ofício 983/2021.

Considerando que todas as pendências já estão sendo resolvidas, ficou designada nova audiência para o dia 02 de fevereiro de 2022, às 9:30 da manhã, para que a SPU informe o andamento do procedimento de regularização, especialmente quanto ao encaminhamento do pedido de doação da área para a Coordenação em Brasília.

As partes concordaram com os termos da presente ata, conforme manifestação em videoconferência, e saem de tudo intimadas. Providências pela Secretaria.

Digitado este termo e lido, os participantes saem cientes e a ata subscrita pela magistrada que conduziu a audiência.

Juíza MARINA ROCHA CAVALCANTI BARROS MENDES

Círculo de Conciliação em Políticas Públicas

Justiça Federal do Piauí